



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

Aracaju-SE, 27 de março de 2013

MPE ajuíza ação contra a FHS

Na última segunda-feira, o Ministério Público de Sergipe ajuizou uma Ação Civil Pública contra a Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) por conta de irregularidades encontradas pelo CB em uma vistoria realizada no local. Na ação, a promotora de Justiça Euza Missano pede a interdição do estabelecimento por conta do descumprimento das adequações solicitadas pelo Corpo de Bombeiros no tempo previsto. “Pedimos que essa liminar fosse concedida independente da oitiva do Estado pela gravidade da situação - embora não desejemos que isso ocorra, porque na verdade é uma maternidade de alto risco, e a única e maior que nós temos aqui no Estado - mas, infelizmente, a informação que tivemos do CB é que há possibilidade de interdição se não houver as correções das inadequações mais graves”, declarou a promotora de Justiça Euza Missano.

De acordo com o coronel Dória, uma das maiores irregularidades foi encontrada na casa de máquinas da Maternidade. “No topo da caixa d’água, a estrutura do reservatório está comprometida. Temos um laudo que comprova essa fragilidade da estrutura e eis que o conjunto de bombas está instalado no topo desse reservatório. O que não nos permite fazer uma vistoria detalhada da precisão desse conjunto de bombas. Esses

itens fazem com que, infelizmente, a casa de saúde seja alvo de interdição”, reforçou ele, deixando claro que não sabe até que ponto se encontra a decisão do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) quanto a solicitação de interdição da maternidade. “Mas sei que no mesmo dia da audiência a promotora solicitou a interdição da Maternidade até que fossem atendidos os prazos de liberação desses preventivos de combate a incêndio”, frisou o coronel.

“Eles estão preocupados porque a bomba hidráulica fica em cima desse reservatório. Então para os bombeiros fazerem vis-

toria, eles não têm condições de subir porque têm receio dessa estrutura desabar. Fizemos a audiência em que pese às tratativas iniciais mantidas, mas não foi possível se chegar a uma composição porque a FHS informou que não havia condição de fazer os reparos imediatos como foi pedido pelo Corpo de Bombeiros”, acrescentou Euza Missano, informando ainda que alguns itens que constam no relatório do Corpo de Bombeiros apresentam riscos graves e precisam ser corrigidos imediatamente.

“E imediatamente para o CB são 48 horas para substituir os extintores vencidos; para fazer o teste de estanqueidade da canalização do gás; para desobstruir a saída de emergência e para que fizesse o reparo das portas da área de fuga que abrem para dentro, para que abram para fora. Então como não foi possível, o MP ajuizou a ação em face da FHS para a completa adequação da maternidade às normas de

segurança de combate à incêndio e pânico. Tem alguns prazos de 48 horas e alguns de 90 dias”, frisou a promotora de Justiça.

O relatório do CB apontou as seguintes inadequações na Nossa Senhora de Lourdes: todas as saídas de emergência das laterais da maternidade estavam obstruídas por cadeados; as portas de acesso ao centro cirúrgico e às rotas de fuga não abrem; na saída principal do local existem seis obstáculos diminuindo o espaço para as pessoas em momentos de emergência; extintores com prazo de validade vencido; ausência de projeto de prevenção contra incêndio e pânico aprovado pelo CMSE, casa de máquina em local

de difícil acesso; reservatório com estrutura em processo de oxidação e em local de difícil acesso, dificultando o teste no sistema hidráulico; cozinha que faz uso de GLP, mas não possui documento que comprove a estanqueidade da canalização entre a central e os pontos de consumo. A vistoria foi realizada no dia 23 de fevereiro e a audiência foi realizada no MPE no dia 22 de março.

O lado de lá

Em e-mail enviado à redação do JORNAL DA CIDADE, a assessoria de comunicação da SES informou que a direção da maternidade Nossa Senhora de Lourdes (MNSL) recebeu a notificação do Corpo de Bombeiros no dia 23 de março e que as medidas para a readequação das saídas de emergência e de todas as questões de segurança já estão sendo providenciadas pela Fundação Hospitalar de Saúde (FHS). “Com relação as inconformidades apontadas em vistoria realizada pelo Corpo de Bombeiros no Hospital de Urgência de Sergipe (Huse), a coordenação administrativa esclarece que todas as providências estão sendo tomadas e o setor de infraestrutura da fundação hospitalar de saúde já foi acionado no sentido de corrigir as inconformidades listadas”, informou.

▼ RELATÓRIO QUE
MOTIVOU AÇÃO DO MPE
MOSTRA IRREGULARIDADES
NA MATERNIDADE NOSSA
SENHORA DE LOURDES